

MANIFESTO

Vivemos um tempo marcado pelo agravamento das alterações climáticas e por riscos ambientais crescentes que ameaçam o equilíbrio do planeta e aprofundam desigualdades sociais e económicas. Estes desafios estão intimamente ligados aos modelos de produção e consumo, às opções energéticas, ao ordenamento do território e à gestão dos bens comuns, afetando de forma desproporcional as populações e comunidades mais vulneráveis.

A ação climática deve integrar uma visão coerente de desenvolvimento sustentável, articulando as dimensões ambiental, social e económica. A justiça climática, consagrada na Lei de Bases do Clima, exige uma transição rápida e socialmente justa, baseada na solidariedade e no apoio efetivo aos países e comunidades com menor capacidade de resposta, nomeadamente nos países em desenvolvimento.

As alterações climáticas revelam e agravam desigualdades existentes, comprometendo meios de subsistência, saúde, segurança alimentar e acesso a direitos fundamentais. Neste contexto, a proteção dos solos assume um papel estratégico. Sendo um recurso vivo e finito, essencial à produção alimentar, à biodiversidade e à resiliência climática, a sua degradação agrava fenómenos como a desertificação, a erosão e a insegurança alimentar, com fortes impactos sociais e económicos.

A gestão sustentável dos solos está também associada à igualdade de género. Em muitos contextos rurais, as mulheres dependem mais diretamente da produtividade agrícola e esta depende da fertilidade dos solos. Em demasiadas geografias, as mulheres continuam a enfrentar desigualdades no acesso à terra, aos recursos e à tomada de decisão. A degradação dos solos aprofunda estas desigualdades, tornando indispensável integrar a perspetiva de género nas políticas ambientais, agrícolas e climáticas.

Neste quadro, a Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global (EDCG) assume um papel central, promovendo uma leitura crítica e integrada da realidade, assente na justiça social, na solidariedade, na participação democrática e na corresponsabilização. Face às múltiplas crises atuais, a EDCG e os atores da sociedade civil têm a legitimidade e a responsabilidade de contribuir para a construção de alternativas que coloquem a dignidade humana, a sustentabilidade do planeta e a justiça global no centro das decisões.

É com base nesta leitura integrada que se apresentam recomendações dirigidas ao Governo, visando transformar compromissos já assumidos em políticas públicas mais justas, coerentes e alinhadas com a sustentabilidade e a justiça social, assegurando o efetivo alinhamento entre metas, investimento público e bem-estar das populações.

MANIFESTO

Proteger pessoas e territórios face às alterações climáticas

Reforçar políticas de adaptação e mitigação centradas na proteção das populações mais vulneráveis, através de estratégias integradas de prevenção de riscos, resposta a catástrofes e soluções baseadas na natureza, assegurando a salvaguarda da vida, da saúde, dos meios de subsistência e dos direitos humanos;

Garantir coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável

Assegurar a integração transversal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em todas as políticas públicas, avaliando os seus impactos nacionais e globais, prevenindo o agravamento de desigualdades sociais, territoriais e de género;

Proteger os solos, promover sistemas alimentares justos e a igualdade de género

Reconhecer os solos como recurso estratégico, promovendo a sua proteção e gestão sustentável, através da transição para sistemas alimentares justos e sustentáveis e a integração efetiva da igualdade de género nas políticas climáticas, ambientais, agrícolas e de desenvolvimento;

Reforçar a Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global (EDCG)

Consolidar a EDCG como instrumento estruturante para a concretização dos ODS, integrando-a na educação formal e não formal e garantindo financiamento público estável às organizações da sociedade civil que a promovem;

Promover participação e governação democrática

Assegurar a participação efetiva da sociedade civil nas políticas públicas e reforçar a transparência, a prestação de contas e o acesso à informação em matéria de ambiente, clima e desenvolvimento sustentável;

Reforçar a participação dos jovens nos processos de tomada de decisão

Promover o envolvimento ativo, inclusivo e significativo dos jovens na definição, implementação e avaliação de políticas públicas, reconhecendo-os como agentes de mudança e parceiros estratégicos no desenvolvimento sustentável e assegurando que as suas perspetivas contribuem efetivamente para decisões mais justas, inovadoras e orientadas para o futuro.



SUBSCRITORES



o nosso mundo é humano.



Cofinanciado pela União Europeia



O Jovens 2030 é um projeto que promove a inclusão, o empoderamento e a participação ativa dos jovens das zonas rurais para a justiça social e a justiça climática. Este projeto é cofinanciado pela União Europeia e pelo Camões, I.P. em Portugal. O conteúdo deste Manifesto é da exclusiva dos subscritores e não reflete necessariamente as opiniões da União Europeia ou do Camões, I.P